vinetur

# Itália prevê taxa de autorização de 0% para novas plantações de vinha em 2027

O projeto de decreto procura conter a oferta de vinho após o aumento das existências, a quebra do consumo e a descida dos preços, estando sujeito à aprovação regional

quarta-feira, 25 de novembro de 2026



O Ministério da Agricultura de Itália está a preparar a suspensão das autorizações para novas plantações de vinha em 2027, numa medida destinada a conter a oferta de vinho, numa altura em que os produtores enfrentam elevadas existências, uma quebra do consumo e a descida dos preços.

Um projeto de decreto preparado pelo Ministério da Agricultura, da Soberania Alimentar e das Florestas, conhecido como MASAF, fixaria em 0% a taxa de concessão de novas autorizações de plantação, segundo informações divulgadas na quarta-feira pela Beverfood. Se for aprovado, a medida significará que não poderá ser autorizada qualquer nova área de vinha em 2027, embora os viticultores continuem a poder replantar vinhas após arrancarem as cepas existentes.

A proposta baseia-se no artigo 63.º do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, que rege o sistema de autorizações para plantações de vinha na União Europeia. Ao abrigo desse regime, as autoridades nacionais podem decidir quanta nova área de vinha autorizam todos os anos. Para 2026, o ministério disponibilizou 1% da área de vinha nacional de Itália para novas plantações, ou cerca de 6.900 hectares. O novo projeto reduziria essa percentagem para zero em 2027.

A medida ainda não é definitiva. O projeto terá ainda de ser submetido à Conferência Estado-Regiões de Itália, onde o Governo nacional e as autoridades regionais terão de chegar a acordo antes de o decreto poder ser assinado. Sem essa aprovação, a medida não poderá entrar em vigor.

Luca Rigotti, responsável pelo setor do vinho na Confcooperative Agroalimentare e Pesca, saudou o plano e afirmou que o conjunto da cadeia de abastecimento do vinho tinha pedido uma medida deste tipo. Descreveu-a como importante para gerir a oferta num momento difícil para o setor.

Segundo Rigotti, as adegas italianas estão a lidar com existências excessivas nas caves, ao mesmo tempo que o consumo de vinho está a diminuir e os preços estão sob pressão. Acrescentou que o setor enfrenta também incerteza associada à situação geopolítica, que contribuiu para o enfraquecimento das condições de mercado. Na sua opinião, permitir o aumento da capacidade de produção nestas circunstâncias arriscaria saturar ainda mais o mercado e tornar o setor menos competitivo e menos

rentável.

A proposta aponta para uma preocupação mais ampla no mercado vitivinícola italiano: os produtores procuram evitar que a produção cresça mais depressa do que a procura. Para o setor das bebidas, a medida poderá ter implicações que vão muito além da política agrícola. Se o congelamento for aprovado, limitará a expansão das vinhas num dos maiores países produtores de vinho do mundo, numa altura em que as empresas já enfrentam existências excedentárias e vendas mais fracas. Isso poderá ajudar a travar o crescimento adicional da oferta, embora, por si só, não reduza as existências atuais.

Como o projeto continuaria a permitir a replantação após a remoção das vinhas, a medida não impediria a renovação normal da área de vinha existente. Em vez disso, travaria a expansão líquida da área plantada durante um ano. Esta distinção é importante para os viticultores que precisam de substituir vinhas mais antigas ou reorganizar a produção, mantendo simultaneamente o objetivo aparente do ministério de impedir um novo aumento do potencial de produção de vinho a nível nacional.

Rigotti afirmou esperar que os responsáveis regionais aprovem o texto em definitivo quando este chegar à Conferência Estado-Regiões. Até lá, a proposta de uma taxa de autorização de 0% continua a ser um projeto de política, e não uma norma vinculativa.